ATA DA CENTÉSIMA (101ª) REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA DOCAS DE SÃO SEBASTIÃO. Aos vinte e nove dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezesseis, às quatorze horas e trinta minutos, na Rua Boa Vista, 162, 7º andar, Centro, no município de São Paulo/SP, reuniram-se os Membros do Conselho Fiscal da Companhia Docas de São Sebastião, contando com a participação dos Senhores Felipe Elias Miguel, Diretor de Administração e Finanças; Jorge Yukio Sangara, Gerente de Controladoria e Paulo Matos dos Santos, Gerente Financeiro. Com a colaboração da Senhora Marine Oliveira Vasconcelos para secretariar os trabalhos, iniciaram a reunião em cumprimento à seguinte Ordem do Dia: **1) Aprovação da Minuta da 100ª reunião do CONFIS, realizada em 16/12/2015; 2) Balanço Patrimonial provisório – referente ao mês de dezembro/2015; 3) Demonstrações Financeiras (DRE) provisórias – referente ao mês de dezembro/2015; 4) Relatório Despesas x Receitas – referente ao mês de dezembro/2015; 5) Fluxo de Caixa - referente ao mês de dezembro/2015 e janeiro/2016 (parcial); 6) Relatório de Contratos; 7) Assuntos gerais**. Dando início à reunião, as atas das 97ª, 98ª e 99ª reuniões deste Conselho foram aprovadas por unanimidade, as quais deverão ser registradas em livro próprio e assinadas pelos Conselheiros. Posteriormente, o Diretor de Administração e Finanças esclareceu sobre a necessidade de atualização dos valores relativos às ações judiciais trabalhistas. Assim, de um total de aproximadamente R$7.610.451,10 (sete milhões, seiscentos e dez reais mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e dez centavos), por analogia aos julgados existentes, concluiu-se que a porcentagem de responsabilidade passa a ser de, aproximadamente, 45% (DERSA) e 55% (DOCAS), isto é, cerca de R$4.186.596,62 (quatro milhões, cento e oitenta e seis mil, quinhentos e noventa e seis reais e sessenta e dois centavos) é devido pela Companhia, se levada em consideração a responsabilidade individual das empresas no lapso temporal de administração do Porto. Deste valor, a Companhia já adimpliu cerca de R$634.897,00 (seiscentos e trinta e quatro mil, oitocentos e noventa e sete reais). Para o ano de 2016, o provisionamento é de R$1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais). Ainda sobre as questões judiciais, informou agendamento de reunião junto ao CODEC, para discutir e sanar dúvidas a respeito da possível responsabilidade da Fazenda do Estado nas ações trabalhistas em que a Companhia está envolvida, bem como sobre a equiparação salarial suscitada pelos agentes portuários. O Conselheiro Carlos Roberto Ruas Junior comentou sobre o aparente aumento das despesas, especialmente no mês de dezembro/2015. O Senhor Jorge Yukio Sangara explicou que a variação decorreu dos custos com os processos judiciais trabalhistas, bem como do impacto da assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho 2014/2015 – 2015/2016. Sobre isso, o Conselho sugeriu a inserção de notas explicativas nas planilhas, sempre que houver variação significativa de valores. Foi informada redução de 18,26% do valor dos contratos, a exemplo das empresas Telemática (economia de cerca de R$43.000,00 - quarenta e três mil reais) por meio da supressão de 15 (quinze) meses de operação assistida; Power (economia em torno de R$20.000,00 – vinte mil reais); FAT (economia de aproximadamente R$40.000,00 – quarenta mil reais). A respeito dos investimentos, discorreu-se sobre a necessidade de implementação do sistema de incêndio no Porto com a maior brevidade, para manutenção

da licença ambiental e contratação de seguro, evitando a incidência de multas impostas pela ANTAQ; com previsão de conclusão em um ano. Também, há discussão sobre a ausência de comunicação do fundeio de navios, bem como eventual interpretação nova da Tabela I, o que poderá alterar o faturamento da Companhia. Quanto à ampliação do Porto, foi informado sobre o investimento inicial para a conclusão da fase 1, que é de R$1,3 bilhões, que objetiva a construção do terminal multicargas, conferindo mais 100.000m2 de área, o que representaria um acréscimo de receita de aproximadamente R$3.000.000,00 (três milhões de reais), além da gerada pela tarifas um e dois. Em busca de novas cargas, há previsão de reuniões com empresas automobilísticas, sendo que a reunião realizada junto à Honda foi positiva, de modo que objetivam a importação e exportação dos automóveis, movimentação de contêineres. Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião, da qual eu, Marine Oliveira Vasconcelos, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, segue assinada pelos Conselheiros.

São Paulo/SP, 29 de janeiro de 2016.

MARIA DE FÁTIMA ALVES FERREIRA

MAURÍCIO HARUO KOSHIYAMA

CARLOS ROBERTO RUAS JUNIOR

REYNALDO ABEN-ATHAR

SAMIR TOLEDO DA SILVA

Felipe Elias Miguel
Diretor de Administração e Finanças